

O sentimento do antropólogo

Qual o seu lugar na pesquisa de campo?

Lise Vogt Flores



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2923>

DOI: 10.4000/pontourbe.2923

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Referência eletrónica

Lise Vogt Flores, « O sentimento do antropólogo », *Ponto Urbe* [Online], 17 | 2015, posto online no dia 15 dezembro 2015, consultado o 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/2923> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2923

Este documento foi criado de forma automática no dia 3 Maio 2019.

© NAU

O sentimento do antropólogo

Qual o seu lugar na pesquisa de campo?

Lise Vogt Flores

- 1 Este texto é destinado a ser um breve relato de pesquisa de campo, cujo trabalho remete à elaboração de dissertação de mestrado cujo título provisório da pesquisa é “*Quem merece viver? Uma etnografia das ações judiciais de medicamentos contra o Estado*”. Também será a conjugação da análise sobre alguns dados coletados nos primeiros quatro meses de trabalho de campo (cuja pesquisa iniciou-se em janeiro deste ano de 2015) com a temática do “ser afetado”. A ideia aqui é trazer luz a eventos e reflexões ocorridos durante a realização desse percurso de pesquisa, por meio dos teóricos que já se debruçaram sobre o tema.
- 2 Minha pesquisa envolve, em sucintas palavras, conhecer a trajetória de pessoas envolvidas nas ações judiciais de medicamentos, aquelas propostas nos tribunais contra o Estado (seja ele representada pela União, Estados ou Municípios) buscando o fornecimento de remédios que não são dispensados pelo Sistema Único de Saúde. Mais especialmente, nesse início de pesquisa de campo, decidi limitar-me aos processos iniciados pelas Defensorias Públicas do Paraná, pois então eu teria um recorte de classe social abarcada na pesquisa (tendo em vista que esse órgão tem como escopo de atendimento uma renda familiar de até três salários mínimos, denominado pelo órgão como critério de hipossuficiência). Em um primeiro momento, também decidi não me restringir a uma opção dentro das inúmeras doenças que poderiam dar origem às demandas de medicamentos na justiça, sejam elas crônicas ou não, optando por aguardar uma coleta de dados mais robusta, a fim de verificar em quais casos esses pedidos são mais recorrentes. Assim, a ideia inicial seria acompanhar os pacientes litigantes, os médicos envolvidos e os agentes públicos pelos quais esses processos costumam tramitar, dentre os que posso citar principalmente advogados públicos, promotores de justiça e magistrados (o que não exclui a necessidade de ouvir também outros atores, como servidores, assessores e estagiários do Poder Judiciário).
- 3 Como disse, em janeiro desse ano dei início à pesquisa de campo. Resolvi tentar como porta de acesso a Defensoria Pública da União, pois tomei conhecimento de que essa

instituição estava tendo uma atuação muito significativa – leia-se, estava “entrando” com muitos processos na justiça – nesse contexto de medicamentos, bem como em demais tutelas de saúde, tais como pedidos de internação hospitalar ou próteses e cirurgias. Dirigi-me aquele órgão e, após me apresentar com uma carta de recomendação de minha orientadora, agendei uma entrevista com o Defensor Público Chefe. Levei a ele meus questionamentos iniciais e pude ali ter uma conversa muito “frutífera”, creio, em termos da pesquisa, visto que senti naquele diálogo um verdadeiro interesse em contar como as coisas funcionavam naquela instituição quando o processo envolvia questões de saúde. Após essa entrevista, pude ainda conversar com outro Defensor que também atuava nessas denominadas “demandas sanitárias”, bem como com uma estagiária e uma servidora, assessoras dos Defensores.

- 4 Após isso, lembrei-me dos debates realizados em aula do curso de Mestrado, denominados Seminários de Pesquisa, que discutiam acerca da eficácia metodológica, por assim dizer, de entrevistas na pesquisa antropológica e passei a ter receio de que somente assim não pudesse compreender o modo como essas ações judiciais, que requerem remédios, começam a “ganhar vida” dentro daquela instituição. Nesse sentido:

[...]

Jamais tomei notas na frente de meus “informantes”. Por um lado, porque em geral eles também são meus amigos e eu me sentia constringido em agir como “pesquisador”; por outro, porque continuo acreditando que o trabalho de campo antropológico não tem muita relação com as entrevistas, ainda que – mas sempre no final da pesquisa, quando o etnógrafo já possui um certo controle sobre os dados e as relações com os informantes – estas possam servir como complemento das informações obtidas por outras vias. (Goldman 2003:455)

- 5 Foi aí que tive a ideia de perguntar ao Defensor Chefe se ele autorizaria que eu acompanhasse os atendimentos realizados, sem interferir nos trabalhos da instituição. Prometi que ficaria sentada no setor de atendimento, pelo período que ele permitisse, e observaria a chegada dos pacientes (dentre tantos outros casos que depois percebi), suas esperas pelo atendimento e as recepções pelos atendentes da Defensoria Pública. Felizmente, minha proposta foi bem aceita e pude então dar início a essas observações, que já me renderam muitas páginas de diário de campo e, em especial, uma ocorrência digna de análise dentro do contexto do “ser afetado em campo.”
- 6 O setor de atendimento da Defensoria Pública da União – DPU em que iniciei meu trabalho de campo - compreende um salão, cuja entrada encaminha para cerca de dez cadeiras (em duas fileiras de cinco cada), destinadas ao aguardo do atendimento. Há um vigilante sempre na porta (na verdade, são dois, um homem e uma mulher, que se revezam a cada dia) e, em frente às cadeiras de espera, há três guichês ocupados por estagiários. São eles que fazem essa primeira recepção das pessoas que são atendidas, dando orientações, cobrando documentos e fazendo questionários para a instrução do que é chamado PAJ – Processo Administrativo Judicial, em um sistema próprio da DPU. Na verdade, pelo que percebi até então, muitas vezes quem faz a primeira recepção mesmo é o vigilante, dando informações mais gerais (creio que isso ocorre pela sua posição próxima da porta, sendo a primeira pessoa que encontramos quando adentramos à DPU, mas essa análise terá de ficar fora do texto, pois foge de meu objeto de escrita neste momento). Esse PAJ é uma espécie de processo interno, que tramita eletronicamente para o Defensor Público responsável (que é escolhido via sorteio, pelo sistema) e que, mais tarde, dará origem ao processo judicial. Esses estagiários sempre estão em revezamento, ou seja, há uma espécie de escala para que eles dividam suas atividades a cada dia, entre atendimento ao público e

no desenvolvimento de tarefas internas, que são feitas no segundo andar do prédio, em salas ao lado dos gabinetes dos Defensores. Lá o trabalho deles envolve elaborar minutas de petições, ofícios, e realizar contato com partes dos processos, enfim, efetuar uma assessoria nas atividades dos defensores.

- 7 Fiquei então, desde janeiro até março deste ano, comparecendo ao setor de atendimento da DPU praticamente todos os dias da semana, situação que me permitiu conhecer e conversar com os estagiários e vigilantes da instituição. Tenho sido alvo de muitos questionamentos acerca de minha pesquisa, principalmente no início dela, pois toda a vez que eu chegava na DPU, conhecia novos estagiários (por conta do revezamento acima mencionado), que se intrigavam com a minha presença ali nas cadeiras em que as pessoas costumam aguardar atendimento, o que gerava uma série de perguntas. Hoje, passado algum tempo, creio todos já saibam o que estou a fazer ali.
- 8 Pois bem, até agora, durante todos os dias em que tenho estado na DPU sempre houve ao menos um caso novo de pedido de medicamento – ou cirurgia/internação hospitalar. Não consigo recordar de uma data em que não tenha acompanhado pessoas chegando, com vários documentos em mãos, “atrás de remédio”. Geralmente as pessoas que vão ao atendimento são familiares dos doentes, mas, em alguns casos, especialmente quando a doença não o incapacitou, é o próprio paciente quem vai a DPU. Não poderia relatar aqui neste curto espaço, e nem esse é o objetivo, a riqueza das histórias que tenho acompanhado nesses dias de observação.
- 9 Como meu acordo com o Defensor Público Chefe envolvia não interferir nos atendimentos, sempre procurei ficar silente e sentada na mesma cadeira de sempre, de modo a não atrapalhar os atendimentos. Mas, ocorre que, por vezes, o paciente chegava acompanhado de familiares, que acabavam sentando-se ao meu lado e, “naturalmente” começavam a contar suas trajetórias até ali: suas impressões sobre a doença, a necessidade de remédio ou o percurso que tiveram de percorrer até descobrirem que poderiam pedir remédio na justiça. Não posso negar que tentava aproveitar ao máximo essas oportunidades, buscando ao mesmo tempo não deixar de prestar atenção ao que o paciente relatava ao estagiário atendente, visto que, ao que parecia, era esse relato inicial que iria “construir” a história dele, que será montada posteriormente em um processo judicial. Isso porque faz parte do PAJ uma narrativa do pedido do paciente, que é elaborada pelo estagiário, com base nos relatos do atendido, bem como dos documentos que ele traz consigo, em especial, laudos e receituários médicos.
- 10 Escrevi essa introdução a respeito da minha pesquisa em campo para trazer ao texto o fato que me fez ponderar acerca das teorias que trabalham a questão do “ser afetado”, analisada por meio dos autores Goldman e Favret-Saada.
- 11 Era um dia normal de observação, como tantos outros. Sala não muito lotada, estagiários atendendo e eu sentada em uma das cadeiras de espera. Eis que chega um casal jovem, que se senta ao meu lado, a fim de aguardar o chamado para atendimento. Eu havia percebido que eles já tinham estado lá naquele mesmo dia, mas, infelizmente, por conta de eles terem sido atendidos no guichê mais longe de minha cadeira, bem como pelas outras conversas em tom de voz alto na sala de atendimento, eu não havia conseguido entender que caso se tratava. Para minha sorte, nesse retorno tive a oportunidade de estar sentada próximo ao guichê onde eles seriam atendidos e ouvir suas experiências.

Naquela tarde, havia chegado um casal que parecia apreensivo. A moça suspirava fundo, de modo ansioso, enquanto aguardava atendimento, ao mesmo tempo em que o rapaz que a acompanhava - logo fiquei sabendo que era seu marido - tremia as

pernas contra o chão. Ao serem atendidos pelo estagiário, a moça começou a relatar que desde a semana passada, quando soube do *problema todo*, começou a dividir os comprimidos que tinha, tomando só a metade. Assim, teria remédios somente até sexta-feira. Aquele dia era uma segunda. Então, contou ao estagiário que ela se dirigiu na semana anterior, como de costume fazia todo mês, à 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, para buscar seu remédio, que havia ganho em decorrência de um processo judicial proposto pela Defensoria. Chegando lá, foi informada de que não havia nada para ela. Sem previsão. O estagiário parece não entender o ocorrido, pois a moça já teria "ganho" o processo. Liga para a farmácia governamental e fala com o responsável. Depois, dá a resposta ao casal: o remédio não tem nem aqui, nem em Curitiba e nem em Brasília. Tá em falta em todo sistema público. O negócio é a gente pedir o bloqueio¹ do valor do remédio pra senhora comprar. Vou falar com o Defensor Público agora, pra ver o que a gente faz. Levanta-se da cadeira e, ao fazer o contorno da mesa, pára e chega perto da moça e pergunta: **se a senhora não tomar esse remédio, o que acontece? Eu morro, disse ela.** O estagiário parece levar um choque e sai mais rápido em direção à sala do defensor. O casal parece atônito e se olha. **Eu sou tomada por um espanto e uma profunda vontade de chorar. Na hora, coloquei-me no lugar da moça e me peguei pensando em como eu me sentiria se o medicamento que me garantisse a sobrevivência estivesse terminando.** Passado um tempo, retorna o estagiário com a resposta do Defensor: vamos fazer um pedido de cumprimento judicial, sob pena de prisão do Secretário de Saúde. Ao que a moça perguntou: e se não der certo? Vai dar! Responde o atendente. (trecho extraído do caderno de campo)

- 12 O relato acima, mais especialmente minha reação diante do que a moça disse ao estagiário, fez-me lembrar imediatamente dos estudos a respeito do ser “afetado em campo”. Perguntei-me se havia deixado afetar por aquela fala da moça, eis que, por um momento, pareci sentir a mesma dor que ela, e fiquei refletindo sobre as possíveis consequências epistemológicas disso dentro da minha futura dissertação. Recordei a ideia que havia guardado dos textos, de que ser afetado não representaria empatia e não teria relação com sentimento. Nesse sentido, Favret-Saada, quando afirma que ser afetado não implicaria numa identificação do pesquisador com o ponto de vista nativo, nem que ele aproveitasse a experiência de campo para exercitar seu narcisismo (1990:7). Entretanto, talvez um pouco inconformada com a ideia que havia registrado dos textos estudados, de que empatia não representaria o “ser afetado” trabalhado pelos teóricos, decidi voltar aos textos, a fim de tentar compreender de que modo minha postura diante da história que ouvi poderia interferir na produção de conhecimento a que me proponho.
- 13 Nessa ordem de ideias, encontrei em Mário Goldman (2003) referências ao fato de que a experiência do antropólogo tem implicações epistemológicas diretas sobre a produção do conhecimento. No texto *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos* (2003), há uma análise que também envolve o fazer antropológico, mais direcionado aqui ao contexto de proximidade entre os mundos do antropólogo e do nativo, ou seja, quando ambos compartilham vivências próximas. Na ocasião da pesquisa, o autor, em um determinado momento “deixou-se afetar” e ouviu os tambores dos mortos, tal como seus pesquisados costumavam ouvir em determinadas situações. Em decorrência disso, passou a questionar qual *status* epistemológico poderia ser dado a esse fato e quais implicações isso teria em sua pesquisa. Logo, o antropólogo que vive em um mundo próximo ao do nativo (ou mesmo no mesmo mundo) precisa realizar um verdadeiro descentramento, tomando outra perspectiva, pensando de um modo diferente, a partir do olhar do outro. No caso em questão, Goldman é um nativo dentro da pesquisa de campo, que crê na democracia, ao passo que os negros de Ilhéus, seus interlocutores, estão vivendo um processo de questionamento da democracia. O autor saiu da questão política para a do movimento

negro para, a partir desse ponto de vista, produzir sua análise antropológica, interessando-se nesse caso pelo que esse grupo estava falando acerca da democracia, produzindo um deslocamento de seu olhar. Para isso, foi preciso que o antropólogo desnaturalizasse sua relação com a democracia, a partir da perspectiva do outro.

- 14 Partindo da premissa de que sempre é necessário escolher uma perspectiva, ou melhor, de que o pesquisador sempre parte de um olhar ao iniciar seu trabalho de campo, a ideia de ser afetado no trabalho de campo, amplamente debatida tanto na obra de Goldman (2003) quanto no texto de Favret-Saada (2005), é fato de que não pode ser ignorado, ao contrário: faz-se necessário refletirmos sobre isso, para que possamos continuar a produzir conhecimento. Se considerarmos que ser afetado pode impactar num processo de transformação do antropólogo, tal como ocorreu com Goldman (que teve seu modo de ver a democracia alterado, a partir da compreensão do ponto de vista do movimento negro, acerca da temática), podemos entender isso como a capacidade que o antropólogo pode desenvolver, de imaginar e experimentar sua cultura por meio do outro.
- 15 Outra discussão trazida por ele foi sua sugestão acerca da importância da existência de uma relação simétrica entre o que o antropólogo e o nativo sabem, ou seja, em atribuir a mesma condição de realidade ao que o nativo diz; o mesmo *status* de seriedade que tem a palavra do antropólogo. Nessa condição, ambos os conhecimentos, do nativo e do antropólogo, teriam uma relação simétrica, sendo atribuída aos dois discursos a condição de verdade. Não se trata aqui de uma discussão entre acreditar ou não na palavra dos nativos, mas sim de considerar com seriedade o que é dito por eles. É preciso deixar para trás a ideia de crença ou representação quando falamos em termos do que o nativo fala, visto que tais palavras remetem diretamente a uma relação sem simetria entre pesquisador e pesquisado, onde uma palavra tem mais valor do que a outra.
- 16 Nessa mesma linha de entendimento a ideia trazida por Jeanne Favret-Saada no texto *Ser afetado* (2005), onde a concepção de que ser afetado pelo mesmo que afeta os nativos permite uma forma de comunicação simétrica entre antropólogo e nativos. Nesse sentido, na perspectiva da autora o ser afetado não implica em um sentimento, mas sim no antropólogo deixar-se alcançar por uma compreensão de mundo diferente da dele. Segundo ela, (2005:160), é necessário “conceder estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional”, ou seja, o trabalho de campo implicaria no antropólogo permitir-se apreender diferentes formas de vida.
- 17 Avançando, Favret-Saada defendeu que ser afetado não significaria empatia em campo. Não poderia ser representado pelo antropólogo imaginar-se estar vivendo no lugar do outro (2005:159). Ao contrário, ela afirma a necessidade de se ocupar aquele lugar, vivenciado o que o nativo vive. Nessa situação, segundo a autora:

Ora, entre pessoas igualmente afetadas por estarem ocupando tais lugares, acontecem coisas às quais jamais é dado a um etnógrafo assistir, fala-se de coisas que os etnógrafos não falam, ou então as pessoas se calam, mas trata-se também de comunicação. Experimentando as intensidades ligadas a tal lugar, descobre-se, aliás, que cada um apresenta uma espécie particular de objetividade: ali só pode acontecer uma certa ordem de eventos, não se pode ser afetado senão de um certo modo. (Favret-Saada 2005: 160)
- 18 Deixar-se afetar, para a autora, portanto, permite que o antropólogo deixe-se tocar por outra compreensão de mundo, diferente da sua, apreendendo diferentes formas de viver e entender a vida. Nesse sentido, para ela não há que se falar em sentimentos em sua concepção de afeto. Assim, descreve sua experiência:

Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se estivesse tentando fazer da “participação” um instrumento de conhecimento. Nos encontros com os enfeitados e desenfeitados, deixei-me afetar, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter. (Favret-Saada 2005: 158)

- 19 Indo mais além, a explicação de Goldman (2003:464) para sua compreensão acerca do que é etnografia: “fazer etnografia poderia ser entendido, antes, sob o signo do conceito deleuziano de “devir” – desde que, é claro, sejamos capazes de entender bem o que poderia consistir esse “devir-nativo””. Segundo o estudioso, esse “devir, na verdade, é o movimento através do qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra”. Para ele, isso também não teria relação com emoções ou sentimentos – o que, numa primeira análise, já desconstituiria minha suposta afetação em campo. Por outro lado, o autor menciona, ao tentar aprofundar sua teoria, que um “devir-cavalo, por exemplo, não significa que eu me torne um cavalo ou que eu me identifique psicologicamente com o animal; significa que “o que acontece ao cavalo pode acontecer a mim”” (Goldman 2003:465). E prossegue, dizendo que o “devir é o que nos arranca não apenas de nós mesmos, mas de toda identidade substancial possível”. Vejamos:

Nos termos de Favret-Saada, trata-se assim de ser afetado pelas mesmas forças que afetam o nativo, não de pôr-se em seu lugar ou de desenvolver em relação a ele algum tipo de empatia. Não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação, concedendo “um estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional”. (Favret-Saada apud Goldman 2003: p.465)

- 20 Se os autores estudados procuraram referenciar o “ser afetado em campo” como uma possibilidade válida de estabelecer uma comunicação involuntária com os seus interlocutores e, desse modo, realizar uma pesquisa antropológica a contento, ouso aqui, ciente da minha condição de estudante de antropologia e que realiza sua primeira experiência em trabalho de campo, defender que o que vivi naquele dia de minha pesquisa, muito embora, na percepção dos autores, não poderia ser enquadrado como ser afetado em campo (dado que para isso não seria possível envolver sentimentos ou afeto propriamente dito), é algo muito relevante e assim deve ser analisado. Não consigo desconsiderar a importância do fato de ter percebido o quanto me importo com tais questões e como sou capaz de me envolver emocionalmente com as histórias de dor e de sofrimento que tenho presenciado naqueles balcões de atendimento da DPU. Afinal, o que fazer com um eventual sentimento que surja, por parte do antropólogo, em relação a seus pesquisados? Como analisar reações nossas, quando ocorre um perfeito acolhimento das lutas travadas por nossos interlocutores? Qual estatuto epistemológico poderei atribuir ao conhecimento produzido nessas condições? Será o caminho da neutralidade, ou melhor, da supressão dessas impressões mais íntimas um modo de garantir a produção científica isenta de tendenciosidade? São questões que me surgiram após a ocorrência que relatei e que provocaram profundas reflexões sobre o tema. Se o que ocorreu comigo não pode ser descrito como o “ser afetado” em campo proposto pelos autores estudados, o que fazer com isso?
- 21 Qual seja a resposta metodológica mais correta, penso que, de todo modo, o sentimento do pesquisador não pode ser desconsiderado. Se aqui, das leituras realizadas, posso dizer que não fui afetada em campo, nos termos dos autores, posso afirmar que de algum modo

a vivência daquela moça sem remédios envolveu meus sentimentos e que essa é uma ocorrência de minha pesquisa de campo digna de nota e de análise. Essa emoção surgida pela etnografia, a meu ver, merece destaque e relevância. Isso me fez pensar que, sim, é preciso buscar compreender o que determinados conceitos envolvidos na pesquisa significam para os pesquisados, tentando entender o que são tais categorias nativas, deixando-se aproximar do que as experiências dos interlocutores simbolizam para eles. Também é preciso deixar-se afetar, nos termos do significado de Favret-Saada e Goldman. Entretanto, o afeto e o sentimento, no sentido tradicional das palavras, devem ter um espaço para reflexão dentro da pesquisa antropológica. São elementos que devem ser considerados, estudados, analisados e respeitados. Aos questionamentos que mencionei acima, sobre o que fazer com esse fato, talvez pela prematuridade do início de minha pesquisa, ainda não encontrei resposta. O fato é que pensar a respeito sugestiona-me que estou atenta ao fato e que essa medida poderá ser fundamental para que minha futura dissertação seja reconhecida como conhecimento antropológico válido e, sobretudo, para que essas reflexões não sejam perdidas; ao contrário: que elas sejam consideradas quando a etnografia começar a revelar suas questões acadêmicas. Paraphrasing Goldman (2003:469), porém em outro contexto, há ocorrências em campo que não podem ser evitadas, tampouco ignoradas. Nesse sentido, entendo que a reflexão a respeito desses fenômenos poderá garantir mais humanidade em nossas pesquisas antropológicas, digna de nota.

BIBLIOGRAPHY

- GOLDMAN, Márcio. 2003. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*. *Revista de Antropologia* (46) 2. Brasil
- ORTNER, Sherry. 2007. *Subjetividade e crítica cultural*. Horizontes Antropológicos 28.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo* n.13. p.155-161.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Et ISNART, Cyril .2008. En marge du dossier sur l'émpathie en anthropologie. Entretien avec Jeanne Favret-Saada réalisé par Cyril Isnart. *Journal des anthropologies*, p. 114-115.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2011. *Le mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard.

NOTES

1. Esse "bloqueio" constitui-se numa possibilidade jurídica, que permite ao Juiz reservar valores monetários nas contas públicas do Estado, a fim de que tal verba orçamentária seja destinada à compra do remédio específico pela parte que pediu o remédio da justiça. Costuma ser alternativa quando os medicamentos estão em falta nos próprios laboratórios fornecedores e a administração pública não consegue adquirir em tempo hábil.

ABSTRACTS

A intenção deste texto, num breve relato de pesquisa de campo, é conjugar a análise sobre alguns dados coletados nos primeiros quatro meses de trabalho de campo desenvolvidos para a realização de dissertação de mestrado intitulada *Quem merece viver? Uma etnografia das ações judiciais de medicamentos contra o Estado, com a temática do “ser afetado”*. A idéia é trazer luz a eventos e reflexões ocorridos durante a realização desse percurso de pesquisa, por meio dos teóricos que já se debruçaram sobre o tema, buscando abordar o lugar que o afeto e o sentimento, no sentido tradicional das palavras, devem (podem) ter no contexto da pesquisa antropológica.

This article aims to present a brief field research report which engages the debate of “being affected” to analyze some of the data collected in the first four months of field work developed for holding master's thesis entitled *Who deserves to live? An Ethnography of judicial decisions concerning medication against the state*. Some of the events and reflections occurred during this research journey are enlightened by theorists who have already examined the subject, in order to discuss the place that warmth and feeling, as common sense defines those words, must (can) have in the context of anthropological research.

INDEX

Keywords: Ethnography, feeling, anthropologist, justice, medications

Palavras-chave: Etnografia, sentimento, antropólogo, justiça, medicamentos

AUTHOR

LISE VOGT FLORES

Mestranda em Antropologia Social

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Universidade Federal do Paraná

lisevogt@gmail.com